



Inclusão no Ensino Superior – uma política pública de educação

Profa. Dra. Edileine Vieira Machado

Centro Universitário CESMAC – Maceió-AL

edileinemachado@gmail.com

Prof. Ms. Sérgio Venancio da Silva

Centro Universitário CESMAC – Maceió-AL

sergio.venancio@cesmac.edu.br

Profa. Ms. Sônia Helena Costa Galvão de Lima

Centro Universitário CESMAC – Maceió-AL

sonia.lima@cesmac.edu.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar estudo sobre processo inclusivo de graduandos com deficiência numa Universidade privada brasileira. Trata-se de um recorte da pesquisa *Políticas Públicas de Educação: estudo do método fenomenológico para a compreensão de processos inclusivos*, financiada pela FAPESP (Proc. n. 12/50681-1). Parte-se do pressuposto de que faltam gestores e formadores que tenham a visão de homem como ser de relações. Estudos desenvolvidos pelos pesquisadores têm evidenciado que existem instituições que não conseguiram alcançar a inclusão em sua totalidade. O que se percebe são movimentos inclusivos, por falta da adesão dos sujeitos da instituição e, às vezes, inclusive daquele que se quer incluir. Objeto: graduandos com deficiência matriculados na Universidade. Procedimento: pesquisa de campo, de natureza fenomenológica. A redução fenomenológica permitirá compreender o processo inclusivo na sua totalidade, incluindo os sujeitos envolvidos, conservando seus valores e suas significações antigas, entre os quais, o sentido da sua existência. Entretanto, seus valores e significações antigas serão “fenomenolizados”, o que garante sairmos da atitude ingênua de vê-los como sendo “em si”, além de não dar espaço a especulações metafísicas. Considerações: inclusão no Ensino Superior para acontecer na sua totalidade, é necessário, além do conhecimento técnico e da vontade política, também da adesão voluntária do sujeito a ser incluído. Formar gestores e formadores inclusivos, capazes de constituírem espaço inclusivo, onde todos sujeitos envolvidos no processo se sintam protagonistas é importante, mas também é imprescindível que esses gestores tenham a visão de homem como ser de relações, para que levem em conta os sujeitos a serem incluídos e a eles ser concedidos o direito e a vez “do poder falar”, “da escuta”, “do conhecimento” e “do participar”.

Palavras-chave: - Inclusão no Ensino Superior, Método fenomenológico, Políticas Públicas de Educação.

Este trabalho tem por objetivo apresentar estudo sobre processo inclusivo de graduandos com deficiência numa Universidade privada brasileira na cidade de São Paulo. Trata-se de um recorte da pesquisa *Políticas Públicas de Educação: estudo do método fenomenológico para a compreensão de processos inclusivos*, financiada pela FAPESP (Proc. n. 12/50681-1). Parte-se do



pressuposto de que faltam gestores e formadores que tenham a visão de homem como ser de relações, pois pensar em aspectos arquitetônicos e da acessibilidade não garantem o sentir-se pertencentes ao grupo de colegas da sala de aula e muito menos fazer com que graduandos com deficiência não se sintam invisíveis em várias situações dentro da sala de aula e em outros ambientes da universidade.

Segundo Josef Pieper (1989), a universidade tem como missão a formação do homem por inteiro, enquanto ser inteligente, sensível e espiritual. Aquele que quer compreender o mundo que o rodeia e o seu papel na existência. A universidade deve formar o educando capaz de elaborar uma crítica pessoal diante da vida, de uma *Weltanschauung* consciente de si mesma. Para isso, são de extrema importância a valorização e a criação de oportunidade de diálogo permanente entre o educador e o educando para que juntos busquem a totalidade (o que exige pensar na visão de homem desses sujeitos). Ainda, segundo o autor, a formação do homem só ocorre se for proporcionado o confronto com o todo do existente, com o todo do real... (p. 25). E essa prática, no nosso modo de pensar, deveria iniciar já na educação infantil. E essa formação deveria começar pela escolha dos valores que queremos ensinar aos nossos alunos, tendo sempre como meta a formação integral personalista, para que se tornem sujeitos protagonistas.

Nesse sentido, a importância de criar espaços de diálogos, da *disputatio* (prática do diálogo, na Idade Média, em que se considerava a temática sob um ângulo universal e não se recusava nenhum argumento e nenhum contendor), e espaços onde possam experimentar tais valores, como: equidade, solidariedade, dignidade humana, humildade, bem comum, sentido do trabalho humano, vontade, sabedoria, memória, responsabilidade, felicidade entre outras.

Outro aspecto relevante, que cabe aqui destacar, segundo o autor, não é a ciência que faz a universidade ser universidade e, acrescentamos aqui que não é o tecnicismo que formará o profissional bem sucedido e feliz, mas, a resoluta orientação do pensamento para o *universum*, para a unidade do conjunto do real; o decidido e persistente esforço de abertura para o todo, que desde sempre tem sido designado e entendido como filosofar.

A ciência é constituída por conhecimentos setoriais, que emergem de enunciados especializados, com aspectos particulares, é uma visão fragmentada de uma parte do todo, mas que não deixa de ser importante, é um “progresso”, desenvolve a objetividade do pensamento com relação à realidade, à disciplina e à sobriedade.



O ato filosófico exige do homem o envolver-se com o problema, ir até o cerne do problema e descobrir o seu verdadeiro sentido e permitir-se a questão do sentido da vida, de busca de resposta às demandas da vida com responsabilidade.

Levando em conta o conceito de universidade e sua missão de formação do homem por inteiro, capaz de elaborar uma crítica pessoal diante da vida e de compreender o mundo que o rodeia é que acreditamos que o caminho para a formação humanista dos nossos jovens é a contemplação nos currículos de formação de professores a prática do pensamento filosófico e a antropologia filosófica.

As pessoas, nos dias de hoje, com essa sede da produtividade, do consumismo, da promoção, do domínio na sua totalidade, se esquecem da essência da existência humana. Esse cenário é, muitas vezes, repetido naquela Universidade, ou escola em que a preocupação maior é de formar o profissional altamente qualificado para responder à demanda do mercado.

Professores preocupam-se com o conteúdo a ser cumprido, com a técnica que os universitários devem conhecer e aprender a aplicá-la com competência. Muitas vezes, com a preocupação do conteúdo que deve ser ensinado, esquecem-se, ou nem se dão conta da importância de se dar espaço para a contemplação, para o pensar filosófico e buscar o sentido do que se está estudando de novo para sua própria vida e para a humanidade, sem ter medo de não encontrar a resposta.

O que se percebe, em algumas instituições educacionais, são movimentos inclusivos, mas essas estão longe de conseguirem alcançar a inclusão em sua totalidade, por falta da adesão dos sujeitos da instituição e, às vezes, inclusive daquele que se quer incluir.

Um outro fator comum entre as instituições educacionais é a falta de profissionais especializados na área para orientá-los quanto à inclusão.

Em outras situações, seus gestores nem se preocupam em fazer um levantamento entre seus funcionários se há alguém que possui conhecimento e experiência na área da inclusão, delegando tal tarefa para os assessores mais próximos, com o desejo de se solucionar o “problema” da inclusão rapidamente, de atender às exigências básicas do Ministério da Educação, quanto à acessibilidade: construção de rampas, elevadores adaptados, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais.

Agindo dessa maneira, gestores e professores, como os universitários a serem incluídos podem ter o sentimento de pertencimento?



Essa pesquisa tem como objeto, apresentar resultados de pesquisa sobre a inclusão de graduandos com deficiência matriculados em Universidade privada na cidade de São Paulo - Brasil.

Como procedimento metodológico, adotou-se: pesquisa de campo, de natureza fenomenológica.

Segundo a etimologia, a *fenomenologia* é o estudo ou a ciência do fenômeno. Por isso, a escolha desse método para compreensão do processo inclusivo dos universitários com deficiência, isto é, a manifestação do fenômeno inclusão no ambiente universitário.

A fenomenologia husserliana afirma que não se pode dissociar o sentido do ser do sentido do fenômeno e é com esse método de redução eidética que se ultrapassará a psicologia descritiva. Essa redução ajuda a compreender a natureza própria do fenômeno e diminui o risco de confundir-lo com as causas exteriores, isto é, não considerar um objeto como coisa a ser estudada, esquecendo-se de que este tem vida e característica própria e que nós, pesquisadores, devemos estar atentos e levá-las em conta num estudo, bem como suas nuances, ou seja, os dados da experiência em sua totalidade (Husserl, 2006).

Esse é o ponto que justifica a escolha desse método para o estudo de processo inclusivo, por acreditar que todo fenômeno consiste, caso contrário, não aconteceria e muito menos, existiria. O que significa que não podemos reduzir uma pesquisa a uma dimensão de fato. Todo fenômeno tem sua essência e é a razão pela qual recebe um nome.

A redução eidética permite compreendermos o significado do fenômeno e, mais, para que serve esse processo com significado na sua própria vida. Esse método permite sair da *atitude natural* e chegar à essência do fenômeno, por meio das percepções, da intuição e, para não cairmos no erro de apenas descrever um fato psicológico. Permite, ainda, conectar o “eu penso” ao “objeto de pensamento”, o *ego cogito cogitatum*. A redução fenomenológica permite compreender o processo inclusivo na sua totalidade, incluindo os sujeitos envolvidos, conservando seus valores e



suas significações antigas, entre os quais, o sentido da sua existência. Entretanto, seus valores e significações antigas serão “fenomenolizados”, o que garante sairmos da atitude ingênua de vê-los como sendo “em si”, além de não dar espaço a especulações metafísicas.

Acredita-se que para a inclusão ocorrer na sua totalidade, o sujeito a ser incluído também precisa se sentir pertencente e tornar-se sujeito protagonista.

Além da observação realizada em lócus, durante 4 meses, foram entrevistados três graduandos com deficiência: dois com deficiência visual: um do sexo feminino, 25 anos de idade; um do sexo masculino, 36 anos de idade e um graduando surdo, 21 anos de idade, que precisa de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais, com 21 anos.

A entrevista foi realizada com o objetivo de focalizar a experiência de ingressar na universidade e do sentir-se acolhido, pertencente ao seu ambiente universitário e como uma maneira de se conceber como sujeito protagonista.

ALES BELLO (2006); HUSSERL (2006); STEIN (1999) deram sustentação teórica para o desenvolvimento do presente trabalho.

Ales Bello (1998, 2004, 2006), que trabalha as dimensões das vivências hiléticas e noéticas, propostas pela arqueologia fenomenológica, possibilitou-nos delimitar os fenômenos com âmbitos da realidade que vêm ao nosso encontro, observados por meio de vivências subjetivas e intersubjetivas, por meio das quais podemos compreender o que está acontecendo nas relações mais profundas que se estabelecem entre o sujeito e o seu ambiente.

Nas três entrevistas realizadas, pode-se identificar uma essência comum que descreve como acontece a experiência do pertencer, como uma forma de conceber a si mesmos como sujeitos protagonistas: “o poder falar, a escuta, o conhecimento (quando lhe é permitido e pedido ao graduando com deficiência para expor o que conhece, o que vivenciou) e o participar”. Por meio desses atos ocorrerá o pertencimento e também o conceber-se como sujeito protagonista.



Perguntar a eles o que estão sentindo, se precisam de algum apoio, ser ouvidos como pessoas que estudam, que possuem também experiência de vida, que possuem desejos e vontades, como irem à mesma festa que os colegas estão combinando no final de semana, que são capazes de emitir juízos da realidade e juízos de valor, segundo os entrevistados, é o que eles mais sentem falta. Com essas atitudes, segundo a entrevistada com deficiência visual, o sentimento de invisibilidade, de anonimato que ela convive no seu dia-a-dia, poderia deixar de existir.

“ – Mais que ter elevador com braile, eu preciso ser vista como pessoa, como gente, aliás, eu preciso que eles me enxerguem”.

Stein (2013), apesar de não estar se referindo à inclusão de graduandos com deficiência e a constituição desses sujeitos com sentimento de pertença, como sujeitos protagonistas, quando se refere ao conceito de povo, nos ajuda a aprofundar na análise da afirmação da entrevistada, acima citada.

A autora afirma que a consciência da pertença a um povo coincide com o início da responsabilidade pessoal para com este e com a necessidade de valorização pessoal, ou seja, da avaliação do sentido e valor da vida humana para uma determinada comunidade popular.

Transpondo essa definição do conceito povo para a realidade da entrevistada, pode-se evidenciar que a consciência do pertencer ao seu grupo de colegas da Universidade acontece ao mesmo tempo com o início da responsabilidade pessoal para com este grupo e com a necessidade de valorização pessoal.

A compreensão do viver “conscientemente” a pertença refere-se ao fato objetivo de uma pessoa encontrar-se dentro de uma comunidade, receber dela uma formação e desempenhar determinadas funções.

Stein (1999), define comunidade como uma forma de agrupamento social em que os indivíduos estão ligados por um vínculo natural e orgânico. Desse modo, a principal consequência



no que diz respeito à ligação interna de seus membros é que um sujeito aceita o outro como tal e vive com ele.

A maneira com o qual o sujeito vive a comunidade, aqui no caso a comunidade da Universidade, com a noção clara de quem é o seu grupo e de seu vínculo com ele, se expressa também no conhecimento de sua gratidão e dever, delineando a sua consciência da pertença.

Para a efetivação da inclusão de graduandos com deficiência no Ensino Superior, faz-se necessária, além do conhecimento técnico e da vontade política, a adesão voluntária do sujeito a ser incluído.

Inclusão é um processo muito maior, complexo e que o professor não é o grande responsável por ela, mas é um colaborador deste processo, quando é um **sujeito educativo**.

A inclusão também depende das políticas públicas, por outro lado, é o povo num Estado Democrático quem governa, que coloca em prática as políticas propostas. A inclusão depende também da organização do sistema, da gestão educacional, da instituição e do desejo do próprio aluno a ser incluído.

Pensar numa universidade inclusiva requer que os profissionais de educação que estejam mais próximos dos alunos a serem incluídos, devem saber mais sobre como agir, como ensinar, como lidar com a diversidade, conhecer a dimensão técnica. Enquanto os gestores precisam ter mais conhecimento da dimensão gerencial e também administrativa: saber diagnosticar, planejar, controlar e avaliar. Isso significa que precisam também ter claro o conceito de inclusão, pois este é o instrumento que amplia a capacidade de se trabalhar. O gestor aumenta sua capacidade gerencial se aumentar sua capacidade conceitual.

O método fenomenológico compreendido como um análise profunda do relacionamento entre o homem e o seu mundo que está a sua volta, nesse caso aplicado para a compreensão do processo inclusivo dos universitários que participaram dessa pesquisa, permitiu uma análise que pode ser comparada à escavação arqueológica, na qual os pesquisadores puderam se perguntar sobre o que estava acontecendo, de verdade, nessa relação entre os universitários a serem incluídos e o mundo circunstante, no caso o ambiente da universidade. Essa análise, a medida que foi se aprofundando, foi necessário também um esforço em compreender o fenômeno que ia se mostrando progressivamente por meio de suas aparições, por meio de atos, gestos, mudança de entonação de voz, silêncio, o não querer falar sobre o assunto, mas à medida que iam adquirindo confiança, se sentindo mais à vontade, seguros, retomavam a fala e expressavam o que estavam sentindo.



Formar gestores e formadores inclusivos, capazes de constituírem espaço inclusivo, onde todos sujeitos envolvidos no processo se sintam protagonistas é importante, mas também é imprescindível que esses gestores tenham a visão de homem como ser de relações, para que levem em conta os sujeitos a serem incluídos e a eles ser concedidos o direito e a vez “do poder falar”, “da escuta”, “do conhecimento” e “do participar”.

Por isso, o valor também das reflexões filosóficas e também antropológicas para a concretização de políticas públicas de inclusão é fundamental, já que o ser humano é o “objeto” a ser incluído.

Conhecer a si mesmo como pessoa, considerar o outro também como pessoa que possui desejos, vontades, medos, crenças, permite estabelecer uma melhor relação entre os envolvidos no processo de inclusão e, ao formular e implantar políticas públicas de inclusão esses valores podem, assim, ser incorporados efetivamente.

Referências

- Ales Bello, A. **Introdução à fenomenologia**. Trad. Ir. J. T. Garcia e M. Mahfoud. Bauru-Brasil: EDUSC, 2006.
- _____. **Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião**. (M. Mahfoud & M. Massimi, Orgs. E Trads.). Bauru-Brasil: EDUSC, 2004.
- _____. **Culturas e religiões: uma leitura fenomenológica**. (A. Angonese, Trad.). Bauru-Brasil: EDUSC, 1998.
- Husserl, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. (A. M. SUZUKI, Trad.) Aparecida- Brasil: Idéias & Letras. (Coleção Subjetividade Contemporânea), 2006.
- PIEPER, Josef. Abertura para o todo: a chance da universidade. Ensaio. Tradução e introdução de Gilda Naecia Maciel de Barros e Luiz Jean Lauand. São Paulo, APEL, 1989.
- Stein, E. **Psicologia e scienze dello spirito: contributi per una fondazione filosófica**. Presentazione di Angela Ales Bello. Roma-Italia: Città Nuova, 1999.
- _____. **La struttura dela persona umana**. Corso di antropologia filosófica. Roma-Italia: Città Nuova, 2013.